

HERMANN, J. Cenário do encontro de povos: a construção do território. In: IBGE. **Brasil: 500 anos de povoamento**. Centro de documentação e informações. Rio de Janeiro: IBGE, 2007, p. 19-33.

Barbara Alice Modesto Pires

Técnica em Meio Ambiente

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – Tucuruí

barbaramods77@gmail.com

Hudson Nascimento de Sousa Filho

Professor EBTT de Geografia

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – Tucuruí

hudson.filho@ifpa.edu.br

RESENHA

De acordo com o texto: *Cenário do encontro de povos: a construção do território*, publicado por Jacqueline Hermann (2007), o processo de ocupação colonial europeia disseminado no território brasileiro, ainda no século XV, é totalmente marcado pelo conflito de interesses entre as potências imperialistas dominantes do período de grandes navegações marítimas, sobretudo Portugal e Espanha, além da França. A chegada dos portugueses no século XVI, é destacada não apenas pela exploração inicial do pau-brasil, mas também por desafios enfrentados durante a ocupação gradual do litoral brasileiro. Isso inclui a resistência encontrada tanto dos povos nativos quanto dos colonizadores estrangeiros.

Esse processo foi moldado por estratégias geopolíticas de conquista territorial e negociações diplomáticas. O Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494, acordo histórico entre Portugal e Espanha, mediado pelo Papa Alexandre VI, é marco histórico crucial, pois estabeleceu os limites territoriais entre lusitanos e hispânicos. O domínio de Portugal sobre a região onde hoje está o Brasil foi resultado das competições cada vez mais acirradas pelas novas terras descobertas no Novo Mundo, a partir da primeira metade do século XV. A autoridade portuguesa nessa disputa foi contestada pela bula *Inter Coeterea*, emitida em 1493, nas terras "descobertas ou por descobrir". Essa divisão de fronteiras delineou as áreas de influência de cada país sobre as novas terras avistadas, apesar das rivalidades crescentes. (HERMANN, 2007, p. 20).

Além disso, a influência da dominação espanhola no século XVI é abordada, sublinhando a expansão das fronteiras para o interior por meio das expedições dos bandeirantes. A Questão do Acre, no início do século XX, é mencionada como um ponto crítico na consolidação do território brasileiro, indicando a resolução de disputas territoriais e a configuração final do país. A riqueza da diversidade cultural resultante do encontro de povos indígenas, europeus, africanos e imigrantes de várias origens. No entanto, também ressalta as desigualdades sociais e econômicas presentes na formação do território brasileiro, indicando que essas desigualdades representam um desafio significativo, mesmo após a consolidação territorial.

No século XVI, a exploração do Brasil era limitada e individual, com destaque para o comércio de pau-brasil. A decisão de estabelecer tal colônia foi motivada por uma estratégia para garantir rotas para as Índias e expulsar os franceses que assediavam a costa. A contestação do direito português foi estabelecida pelo Tratado de Tordesilhas devido às disputas com os franceses pelas terras coloniais.

As capitanias hereditárias foram introduzidas por D. João III, implantadas a partir de 1534, para promover a ocupação econômica do Brasil, sendo concedidas donatárias a nobres que se destacaram nos serviços prestados à Coroa. Apesar de hereditárias, as capitanias não conferiam propriedade absoluta aos donatários, apenas o poder de administrá-las como conquistas ultramarinas do Estado lusitano. O texto destaca que esse sistema não resolveu completamente a questão da ocupação e colonização, pois várias capitanias enfrentaram ataques indígenas e estrangeiros. No entanto, algumas capitanias bem-sucedidas, como a de São Vicente e também a de Pernambuco, foram estabelecidas sob esse sistema, com base na economia açucareira, então iniciada, concedida a Duarte Coelho em 1534.

No período da dominação espanhola sobre Portugal (1580-1640) – com a vitória hispânica na Guerra da Sucessão Portuguesa (1580-1583) durante a disputa do trono português entre Felipe II e António de Portugal – e seu impacto na colonização brasileira, conforme analisado por Capistrano de Abreu, durante a União Ibérica, nome dado à anexação das áreas territoriais dos portugueses pelos espanhóis, a administração dos espaços ultramarinos assumiu uma característica mais hispânica do que portuguesa. No Brasil, essa união desempenhou um papel significativo ao diluir as fronteiras estabelecidas pelo Tratado de Tordesilhas, expandindo os limites territoriais para o norte, com a conquista efetiva do Maranhão, e para o sul, ampliando a fronteira na região platina.

A partir de 1580, as primeiras expedições dos bandeirantes de São Paulo marcaram o início desse movimento. As frentes de expansão territorial para os "sertões" foram fundamentais para a ocupação gradual do interior do Brasil, com atividades associadas à captura e escravização de indígenas no sertão dos Carijós, liderada por Jerônimo Leitão em 1585. Essas iniciativas resultaram na ocupação da Paraíba em 1584, guerras contra os originários no norte da Bahia (atual Sergipe) em 1589, bandeiras a Goyaz em 1592, incursões dos bandeirantes paulistas na região de Minas Gerais em 1596 e a captura de povos nativos na região do baixo Paraná em 1604.

A presença espanhola no comando do reino português introduziu um padrão hispânico de administração colonial, mais interiorizado e planejado, porém, também tornou os espaços coloniais mais vulneráveis aos ataques dos inimigos do projeto imperial da Espanha. Assim, durante a União Ibérica, houve uma reconfiguração dos limites que separavam os territórios portugueses e espanhóis na América, evidenciando as complexas dinâmicas políticas e territoriais desse período.

No final do século XVI, os ingleses saquearam Santos e São Vicente, enquanto James Lancaster ocupou Recife por um mês em 1595. Por sua vez, os franceses, liderados por Daniel de Latouche, senhor de La Revardière, voltaram a atacar no Maranhão em 1612, onde estabeleceram a "França Equinocial" e fundaram São Luís, sendo posteriormente derrotados por Jerônimo de Albuquerque em 1615. No entanto, a invasão mais significativa foi realizada pelos holandeses, que começaram a atacar a costa brasileira em 1587. Em 1624, ocuparam a Bahia e, em 1630, tomaram Olinda e Recife. Eles dominaram grande parte do Nordeste até 1654, quando foram finalmente expulsos após a Restauração da Independência Portuguesa em 1640.

Após o fim das guerras de Restauração em 1668, as hostilidades entre os dois países ibéricos não cessaram. A abolição prática dos limites estabelecidos em Tordesilhas durante a dominação espanhola tornou-se um problema na segunda metade do século XVII. Os castelhanos atacaram o sul da colônia, particularmente a área ao redor do rio da Prata, onde a futura Colônia do Sacramento foi criada em 1680. Mesmo após o Tratado de Lisboa em 1681, que reconheceu o território português, as relações diplomáticas continuaram a redefinir os limites territoriais brasileiros.

A resolução definitiva veio apenas em 1750 com o Tratado de Madrid, negociado por Alexandre de Gusmão, que redefiniu as fronteiras entre as Américas invadidas por portugueses e espanhóis, revogando as disposições do Tratado de Tordesilhas, conforme confirmado pelo Tratado de Santo Ildefonso em 1777. Do ponto de vista administrativo, a segunda metade do Século XVIII foi marcada por mudanças significativas no Brasil colonial. Em 1751, o Estado do Maranhão e Grão-Pará foi renomeado como Estado do Grão-Pará e Maranhão e, em 1772, o Estado de Grão-Pará e Maranhão foi extinto, separando o Maranhão e o Piauí do Pará, que foram incorporados ao Estado do Brasil. Ao mesmo tempo, o sistema de capitanias hereditárias foi abolido logo em 1759, transformando todas as capitanias em capitanias da Coroa. Em 1815, o Brasil foi elevado à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves, tornando-se a sede tropical do império português.

No período após a independência do Brasil em 1822, o país enfrentou desafios significativos para manter sua integridade territorial. Revoltas locais agitaram os primeiros tempos da autonomia política, enquanto persistia um grande desconhecimento sobre o verdadeiro tamanho do território, suas riquezas e sua história. Essa fase foi marcada por uma série de conflitos, a Guerra do Paraguai, que eclodiu em 1865 na região do rio da Prata. A guerra só chegou ao seu fim em 1870, com uma vitória completa do Brasil e seus aliados platinos, solidificando a posição do Brasil na América do Sul.

Com a Proclamação da República em 1889, as antigas províncias do Império foram transformadas em estados da República Federativa do Brasil. Essa mudança política-administrativa proporcionou uma autonomia relativa aos novos estados. No entanto, esses estados permaneceram subordinados ao governo federal, que tinha sua sede no Rio de Janeiro, de acordo com as disposições da Primeira Constituição Republicana de 1891. Esse período também foi marcado pelo deslocamento do poder político do Nordeste para o sudeste do Brasil. O Rio de Janeiro manteve sua posição como capital federal, enquanto o Estado de São Paulo emergiu como um centro político e econômico, liderou a cafeicultura, que era parte vital da economia brasileira, fundamental no processo de industrialização do país.

No início da era republicana, a Questão do Acre surgiu como um marco transformador na configuração territorial do Brasil. Em 1902, após a conquista do Acre da Bolívia liderada por José Plácido de Oliveira Castro, o Tratado de Petrópolis, negociado pelo Barão do Rio Branco em 1903, incorporou a região ao território brasileiro. Somente no século XX o Brasil passou a ter a estrutura territorial que conhecemos atualmente, com mudanças subsequentes majoritariamente centradas em questões políticas e administrativas. Durante esse período, foram estabelecidos territórios federativos em Estados, e ocorreu a controversa mudança da capital do Brasil de Rio de Janeiro para Brasília em 1960, onde pretendia “interiorizar” o centro político do País. Apesar das disparidades, essa decisão refletia a visão política da época, que aspirava ao desenvolvimento nacional e à realização do tão falado "País do Futuro", embora esse desafio permaneça incompleto.

Ao longo de seus 500 anos de história, o Brasil não apenas testemunhou mudanças territoriais, mas também abrigou profundas desigualdades regionais, tanto sociais quanto econômicas, além de diversidades geológicas e culturais marcantes. O país foi o cenário do encontro entre povos indígenas, europeus, africanos e imigrantes de diversas origens. Esse mosaico de culturas e identidades criou uma realidade multifacetada e plural que continua a ser a essência da nação brasileira. Apesar das contradições socioespaciais vigentes, o Brasil é uma nação que celebra sua diversidade multicultural, representando uma síntese de múltiplas tradições e histórias que contribuíram para moldar sua identidade, complexa e rica.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**. Disponível em:<www.abnt.org.br>. Acesso em: 21 de outubro de 2023.

HERMANN, J. Cenário do encontro de povos: a construção do território. In: IBGE. **Brasil: 500 anos de povoamento**. Centro de documentação e informações. Rio de Janeiro: IBGE, 2007, p. 19-33.